



## ATA

### 9ª Reunião da Comissão de Cogestão do Parque Natural de Montesinho

Aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, na sede da Junta de Freguesia de Vila Verde, Vinhais, pelas quinze horas e quarenta e cinco minutos, deu-se início aos trabalhos da nona reunião da Comissão de Cogestão (CC) do Parque Natural de Montesinho (PNM). -----

#### Presenças -----

Estiveram representadas as seguintes individualidades e entidades constituintes da CC: -----

- Hernâni Dias, Presidente do Município de Bragança, que presidiu; -----
- Luís Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Vinhais, tendo sido substituído no decorrer da reunião por Martinho Martins, Vice-Presidente da mesma autarquia; -----
- Isabel Freitas, Chefe de Divisão da Cogestão das Áreas Protegidas do Norte do ICNF, em representação de Sandra Sarmento, Diretora Regional do Norte do ICNF; -----
- Francisco Ribeiro, Delegado das Terras de Trás-os-Montes, em representação de Carla Alves, Diretora Regional da DRAPN - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte; -----
- Orlando Rodrigues, Presidente do IPB - Instituto Politécnico de Bragança; -----
- Sara Pinto, Segunda Vogal da AEPGA - Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino, em representação da CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; -----
- Abel Pereira, Presidente da Direção da Arborea – Associação Agro-Florestal e Ambiental da Terra Fria Transmontana. -----

#### Estiveram ainda presentes -----

- Miguel Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde; -----
- Alexandre Chaves, Coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil do Município de Bragança; -----
- Marília Claro, Técnica Superior do Município de Vinhais e membro da Estrutura de Apoio à CC; -----
- Márcia Moreno, Técnica Superior do Município de Bragança e Técnica do Modelo de Cogestão do Parque Natural de Montesinho. -----

#### Não compareceu, mas apresentou justificação -----

João Cameira, Presidente da Direção da Azimute – Associação de Desportos de Aventura, Juventude e Ambiente; -----

#### Ordem de trabalhos -----

1. Análise e discussão das medidas e ações a integrar no Plano de Cogestão do PNM (ficheiro partilhado no google drive); -----
2. Análise e discussão do protocolo-modelo e identificação das entidades-chave do território para estabelecimento de protocolos de parceria (documento em anexo); -----



Com o apoio:

FUNDO AMBIENTAL



3. Análise e aprovação dos 44 indicadores de realização (documento em anexo); -----

4. Outros assuntos. -----

Confirmadas as presenças dos membros da CC convocados, o Presidente da Comissão de Cogestão, Hernâni Dias, deu início à reunião, passando a palavra a Miguel Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde, que iniciou a sua intervenção, agradecendo a escolha da sua freguesia para a realização de uma reunião da Comissão do PNM. Acrescentou que o Parque são as pessoas que vivem e trabalham nele diariamente, para além dos valores naturais e patrimoniais que integra, mas que, todavia, estas pessoas necessitam da ajuda destas entidades para concretizar muitas das ações e medidas prementes e necessárias para a sua valorização económica, social e ambiental. Espera agora, conclui o Presidente, que este novo modelo de cogestão atue no sentido de restituir à população as condições necessárias para que possam viver condignamente e trabalhar de forma harmoniosa e sustentável com os valores naturais e diferenciadores do Parque Natural de Montesinho. -----

Hernâni Dias agradeceu a intervenção de Miguel Fernandes e deu seguimento à reunião com a apresentação do primeiro ponto da ordem de trabalhos. -----

**Ponto 1. Análise e discussão das medidas e ações a integrar no Plano de Cogestão do PNM (ficheiro partilhado no google drive); -----**

O Presidente da Comissão de Cogestão apresentou o ponto um da ordem de trabalhos e referiu que um dos objetivos desta reunião consiste na análise individualizada da proposta de medidas e ações para o Plano de Cogestão, disponibilizada aos membros da CC desde 20 de setembro de 2022, e a sua necessária e premente aprovação, para que seja possível dar seguimento aos próximos trabalhos previstos. Reforçou que há mais de dois meses que é pedido a cada entidade integrante da CC para dar contributos à proposta partilhada e disponibilizada na plataforma *google drive* e que, até agora, a participação tem sido inexistente. Neste contexto, esta reunião, sublinha o Presidente, é determinante para a análise, discussão e aprovação das medidas e ações, para que não se esteja, constantemente, a adiar este processo para a reunião seguinte e a atribuir, novamente, prazos para a participação ativa e colaborativa de cada entidade da CC. De seguida, pediu a palavra Sara Pinto que, em primeiro lugar, informa que a AEPGA já tinha reunido os seus contributos há algum tempo, contudo, apenas no dia anterior e no próprio dia da reunião da CC teve disponibilidade para partilhar as suas sugestões. Acrescenta, contudo, que considera que este documento deve ser discutido e analisado com detalhe, por assumir demasiada importância, pelo que sublinha que, para isso, torna-se necessário esta Comissão dedicar mais tempo à sua discussão. Seguidamente, pede a palavra Orlando Rodrigues que reforça a importância destas medidas serem discutidas e de não se considerar o processo fechado nesta reunião. Questionou, entretanto, se está previsto um teto orçamental para este plano de ações e, tendo outros membros da CC respondido que não, salientou que, assim sendo, o IPB pode dar contributos importantes para este plano. Neste sentido, a Técnica da Cogestão ficou de agendar uma reunião com o Presidente do IPB. Seguidamente, pediu a palavra Isabel Freitas que iniciou a sua intervenção por referir que temos que estar bastante orgulhosos do trabalho realizado até ao momento por esta Comissão, uma vez que, na zona Norte, o PNM foi a última área protegida a iniciar os trabalhos, mas, sublinha, conseguiram alcançar e até ultrapassar os resultados esperados, dentro dos prazos estabelecidos, em relação a outras áreas protegidas. De seguida pediu a palavra

4



Abel Pereira que mostrou indignação relativamente à previsão de fecho do processo de discussão das medidas e ações nesta reunião. Apelou para que a Comissão refletisse sobre o Parque que queremos e o que as pessoas esperam desta Comissão. No seguimento desta intervenção, Orlando Rodrigues acrescenta que será necessário fazer-se um diagnóstico, definirem-se os objetivos estratégicos para, de seguida, determinar-se que Parque queremos. Acrescenta, ainda, a absoluta necessidade de se conhecerem as alterações previstas ao Plano de Ordenamento (PO) do PNM para que as ações a integrar no Plano de Cogestão não sejam limitadas pelas regras desse (novo) Plano. Após discussão sobre o facto de não se saber, ao dia de hoje, quais as implicações, as alterações previstas ao diploma legal e os prazos da sua execução, a Técnica da Cogestão tomou a palavra para sintetizar que o diagnóstico do PNM, ou seja, a sua análise SWOT, está feita e que esta resultou dos contributos dos participantes nas várias ações de auscultação realizadas, bem como, as ações propostas também resultaram dos contributos das pessoas e entidades que voluntariamente participaram nestas ações, nomeadamente, nas sessões participativas, entrevistas, reuniões e no inquérito de opinião. Neste sentido, esta fase de análise participada por todos os membros da Comissão, reforça Márcia Moreno, é fundamental para validar todas as ações que são absolutamente importantes e necessárias executar num horizonte temporal de cinco anos. Francisco Ribeiro, acrescentou, no sentido da intervenção da Técnica de Cogestão que, de facto, as ações propostas refletem exatamente os contributos da população nas ações participativas e, da sua análise, concorda com as ações propostas. Após as diferentes intervenções, o Presidente da Comissão concluiu que a sua instigação inicial contribuiu para que fosse gerada discussão e, inclusive, interesse pelos diferentes membros. Hernâni Dias acrescentou, ainda, que foi dado, na sua opinião, um grande passo face ao período de estagnação e inação desta Comissão e propôs, neste seguimento, que a próxima reunião inicie da parte da manhã e preveja um dia inteiro para dedicação exclusiva à análise, discussão e aprovação das medidas e ações do Plano de Cogestão do Parque Natural de Montesinho.

**Ponto 2. Análise e discussão do protocolo-modelo e identificação das entidades-chave do território para estabelecimento de protocolos de parceria (documento em anexo); -----**

Este ponto não foi discutido na reunião. -----

**Ponto 3. Análise e aprovação dos 44 indicadores de realização (documento em anexo); -----**

Este ponto não foi apresentado na reunião. -----

**Ponto 4. Outros assuntos; -----**

Pediu a palavra Francisco Ribeiro para, na sequência do alerta de uma interlocutora de um processo de licenciamento industrial, expor que estabelecimentos licenciados no âmbito da legislação anterior, enquadrados na tipologia 3, como, por exemplo, estabelecimentos de transformação de carne – produção de enchidos, cuja classificação na tipologia estava dependente da potência elétrica do estabelecimento e do número de trabalhadores, atualmente ao abrigo do DL 73/2015, de 11 de maio, independentemente da dimensão e desde que necessite de NCV (número de controlo veterinário) ou NII (Número de identificação Individual) classificam-se como tipo 1. O Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho (POPNM) interdita estabelecimentos industriais de tipologias 2 e 1 (Artigo 8º do POPNM). Neste sentido, Francisco Ribeiro refere a necessidade de um esclarecimento sobre como proceder para este tipo de estabelecimentos, cuja



classificação foi alterada de tipo 3 para tipo 1 por alteração legislativa. Em resposta, Isabel Freitas solicitou que a situação fosse exposta por e-mail à Diretora Regional do Norte do ICNF.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão de Cogestão deu por encerrada a reunião pelas dezoito horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Comissão de Cogestão e pela Técnica do Modelo de Cogestão do Parque Natural de Montesinho, Márcia Moreno que a secretariou.

Hernâni Dias

(Presidente do Município de Bragança e Presidente da Comissão de Cogestão do PNM)